



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BPC na Escola

Documento Orientador

GRUPO GESTOR INTERMINISTERIAL



Brasília-DF

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- Breve Histórico do Programa BPC na Escola

AÇÕES PREVISTAS PARA O BIÊNIO 2011/2012

- Ações no âmbito da Educação
- Acesso aos Resultados dos Questionários
- Relação Atualizada dos Beneficiários
- Adesão 2011
- Acompanhamento dos Beneficiários
- Formação para os Grupos Gestores
- Estratégias de Divulgação
- Atuação dos Gestores Estaduais

GRUPO GESTOR INTERMINISTERIAL

- Integrantes
- Contatos

ANEXO

INTRODUÇÃO

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – **PROGRAMA BPC NA ESCOLA** foi instituído pela Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, visando garantir o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência de zero a dezoito anos, já beneficiárias do BPC, por meio de ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), envolvendo compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em 2007, foi realizado o primeiro pareamento entre bases de dados do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, base de 2007) e do Censo Escolar (INEP/MEC, ano base 2006), indicando que dos **340.536** beneficiários do BPC pessoas com deficiência, na faixa etária de zero a dezoito anos, **100.574 (29,53%)** estavam matriculados, enquanto **239.962 (70,47%)** não tinham registro no sistema regular de ensino.

O Programa **BPC NA ESCOLA** tem quatro eixos principais: (1) identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola; (2) identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; (3) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e (4) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

Em 2008, os **26** Estados, o Distrito Federal e **2.622** Municípios, incluindo as capitais, realizaram o processo de adesão ao Programa, no período de abril a junho. A adesão dos Municípios ao Programa trouxe a possibilidade de trabalhar com mais de **232.000** crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, alcançando cerca de **70%** do número de beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos, inseridos ou não inseridos na escola.

Após a adesão ao Programa, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal informaram a composição do Grupo Gestor do Programa, responsável pela gestão do Programa em seu âmbito, destacando o seu Coordenador e designando o Coordenador da Equipe Técnica, responsável pela aplicação do **Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC**.

Com a designação dos Grupos Gestores Local, Estadual e do Distrito Federal teve início o processo de formação das equipes designadas para aplicação do Questionário junto ao público do Programa. A formação da equipe técnica do Distrito Federal e dos Municípios para aplicação do Questionário foi de competência dos órgãos da União responsáveis pelo Programa e dos Estados que fizeram a adesão ao Programa. Foram realizados encontros estaduais de norte a sul do país, iniciando em outubro de 2008 e finalizando em outubro de 2009. Este processo de formação envolveu **3.205** técnicos, representantes de **2.294** Municípios.

Ao término do período de formação, os Municípios e o Distrito Federal iniciaram as visitas domiciliares aos beneficiários, usando o Questionário. No período de dezembro de 2008 a 28 de maio de 2010, **2.523** Municípios de **26** Estados e o Distrito Federal, cadastraram no Sistema BPC na Escola mais de **219 mil Questionários** aplicados junto aos beneficiários do BPC com vistas à identificação das barreiras de acesso e permanência na rede regular de ensino. Houve inserção no sistema de mais de **93%** de questionários correspondentes ao universo de beneficiários do Programa (**232.000**).

Em 2010, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelos questionários aplicados para identificação das barreiras de acesso e permanência na escola e discutir estratégias de ação para superação das barreiras de acesso à escola para crianças e adolescentes, na faixa etária de zero a 18 anos, com deficiência beneficiárias do BPC foi realizado o **Encontro de Gestores do Programa BPC na Escola: Avaliação de Resultados e Propostas de Ações Intersetoriais**, nos dias *29 e 30 de junho de 2010*, em Brasília/DF.

Ainda durante o primeiro semestre de 2010, o MDS solicitou aos municípios que encaminhassem um relato da experiência local de implementação do Programa BPC na Escola, com o propósito de conhecer e dar visibilidade às alternativas de ações para identificar e desconstruir as barreiras que dificultam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos beneficiários do BPC na Escola. Essa iniciativa possibilitou o lançamento, em dezembro de 2010, do **Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola**, referente às experiências de **20** municípios de diferentes portes e de diversas regiões do país. Os relatos das experiências apresentadas neste catálogo são frutos da articulação intergovernamental das políticas de assistência social, saúde, educação e de direitos humanos no âmbito dos municípios.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, discutiu as Políticas Intersetoriais de Educação, Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social que favorecem a Inclusão Escolar, durante o Seminário sobre o Direito das Pessoas com Deficiência à Educação Inclusiva, realizado em parceria com o Ministério Público. Nesta oportunidade, os representantes titulares do Grupo Gestor Interministerial do Programa BPC na Escola apresentaram os avanços alcançados e os desafios existentes no processo de eliminação das barreiras que impedem o acesso e a permanência dos beneficiários com deficiência na escola.

Com a finalidade de assegurar o acesso e promover a participação e aprendizagem dos beneficiários do BPC, com deficiência, o Ministério da Educação, em 2010, disponibilizou no âmbito do Programa Escola Acessível, recursos financeiros destinados à adequação dos prédios escolares para acessibilidade, contemplando 4.197 estabelecimentos de ensino, com matrículas de beneficiários com deficiência, do BPC.

Em 2010, 2.778 escolas com matrículas de beneficiários com deficiência, receberam Salas de Recursos Multifuncionais e 469 escolas, com matrículas de beneficiários com deficiência foram contemplados pelo Programa de Disponibilização de Notebooks para estudantes cegos.

O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial atendeu, prioritariamente, professores que atuam em escolas com matrícula de beneficiários com deficiência, do Benefício de Prestação Continuada, visando a

transformação das práticas pedagógicas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes público alvo da Educação Especial.

Ainda no segundo semestre, o MEC realizou o pareamento 2010 de dados do Programa BPC na Escola. O pareamento de dados consiste no cruzamento das informações contidas no Cadastro Administrativo dos Beneficiários do BPC e nas informações obtidas pelo EducaCenso realizado pelo INEP/MEC. Para efetivar o pareamento 2010 foram utilizadas as bases de dados do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, base de 31/12/2009) e do EducaCenso (INEP/MEC, ano base, 2009). Os critérios estabelecidos para o cruzamento entre as referidas bases de dados e os resultados do pareamento foram divulgados por meio da Nota Técnica nº 01/2010, do Grupo Gestor Interministerial, datada de 20 de dezembro de 2010.

O resultado do pareamento de 2010 mostra que, dentre os **435.298** beneficiários do BPC com deficiência entre zero e dezoito anos, foram identificados **229.017 (52,61%)** na escola e **206.281 (47,38%)**, fora da escola.

Considerando necessário incrementar a articulação intergovernamental dos entes participantes do **PROGRAMA BPC NA ESCOLA**, o Grupo Gestor Interministerial (**GGI**) encaminha o presente documento, a fim de orientar o desenvolvimento de estratégias operacionais que contribuam para o fortalecimento da intersetorialidade das políticas públicas que visam superar as barreiras de acesso e permanência na escola dos beneficiários do Programa.

AÇÕES PREVISTAS PARA O BIÊNIO 2011/2012

A fim de dar continuidade à implementação do Programa BPC na Escola, o Grupo Gestor Interministerial (**GGI**), por meio deste documento, reafirma a importância de consolidar o trabalho intersetorial, como principal diretriz dos próximos passos do Programa.

O Programa BPC na Escola tem-se destacado pelos resultados positivos traduzidos principalmente pela articulação intersetorial de políticas públicas de saúde,

assistência social, educação e direitos humanos, dentro de um modelo de gestão participativa, onde cada ente federado, no âmbito de atuação de cada política, assume a responsabilidade de realizar ações conjuntas para identificação das barreiras sociais existentes no cotidiano das pessoas com deficiência e de construir alternativas para superação dos entraves identificados.

Dessa maneira, a intersetorialidade promovida pelas ações conjuntas nas áreas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos torna-se indispensável para a garantia de direitos das crianças e adolescentes de estar na escola, de participar, de conviver com todos os outros meninos e meninas de sua comunidade, de aprender, de desenvolver suas capacidades e de construir sua identidade no respeito à diferença.

Nessa perspectiva, a atualização dos dados dos integrantes dos Grupos Gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal é essencial para o exercício da intersetorialidade no âmbito do Programa BPC na Escola.

Com intuito de proporcionar o atendimento das necessidades dos beneficiários do BPC com deficiência, promovendo a abordagem integrada para superar os diversos obstáculos de acesso e permanência na escola, o Grupo Gestor Interministerial (GGI), propõe as seguintes ações para o biênio 2011/2012:

1) Ações no âmbito da Educação

O Ministério de Educação – MEC prevê para 2011, as seguintes ações:

- Implantação de 3.500 salas do Tipo I (mobiliários, equipamentos, materiais didáticos pedagógicos e de acessibilidade) e 500 salas do Tipo II (acrescidas de recursos de acessibilidade específicos para o Atendimento Educacional Especializado de estudantes cegos);

- Implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que objetiva a garantia das condições de acessibilidade e oferta de 5% das

vagas para pessoas com deficiência, disponibilizadas em cursos técnicos de formação profissional e tecnológica;

- Apoio financeiro e pedagógico à Formação Continuada de Gestores Intersetoriais do Programa BPC na Escola, por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR/MEC;

- Aquisição de 500 ônibus, financiados pelo BNDES (40%) e pelo FNDE (60%), por meio do Programa Caminho da Escola – Transporte Escolar Urbano Acessível.

2) Acesso aos Resultados dos Questionários

O Ministério da Educação (MEC) prevê para o segundo semestre de 2011 a implementação do **Hotsite**, com objetivo de disponibilizar relatórios gerenciais permitindo aos Estados, Municípios, Distrito Federal e aos demais interessados, a consulta pública aos principais obstáculos identificados por meio do **Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC**, bem como, identificar as características gerais e o perfil dos beneficiários do Programa BPC na Escola, obtidos pelo cruzamento das informações sobre: idade, etnia ou raça, gênero e deficiência, escolarização, tecnologia assistiva, saúde, assistência social e direitos humanos.

O acesso ao **Hotsite** será realizado por meio do *link*: <http://bpcnaescola.mec.gov.br>. É importante destacar que não é necessário ter senha para acessar o **Hotsite**.

Cabe ressaltar a relevância da consulta aos resultados da aplicação dos Questionários para os próximos passos do Programa BPC na Escola. Com base nos resultados, devem ser desenvolvidas ações conjuntas, com responsabilidades e competências partilhadas com as diversas áreas das políticas sociais de cada esfera de governo, visando à formulação e implementação de políticas públicas de acesso à educação, saúde, ao trabalho e a convivência familiar e comunitária voltadas aos beneficiários do BPC.

Nesse sentido, a consulta aos resultados dos Questionários permite identificar as necessidades, expressas em forma de barreiras ao acesso e permanência na escola, para a transformação da condição de exclusão que atinge essa parcela significativa da população. Além disso, deve subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que possibilitem às pessoas com deficiência acessarem as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos, e incrementar a articulação na gestão intergovernamental dos programas sociais do governo federal.

3) Adesão 2011

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está preparando o **Sistema BPC na Escola** para promover o processo de adesão 2011, que será disponibilizado a partir do dia **15 de setembro de 2011**, com objetivo de ampliar a participação dos municípios no Programa e possibilitar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios reafirmem os compromissos assumidos quando aderiram ao Programa BPC na Escola em 2008.

Para aderir ao Programa BPC na Escola os Municípios que ainda não participam do Programa, deverão realizar o preenchimento eletrônico do **Termo de Adesão**, no seguinte endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>.

Os **26** Estados, o Distrito Federal e os **2.622** Municípios já participantes do Programa desde 2008, também deverão reafirmar os compromissos assumidos por meio do preenchimento eletrônico do **Termo de Adesão**, também no endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>.

4) Relação Atualizada dos Beneficiários do Programa

O MDS está preparando o **Sistema BPC na Escola** para disponibilizar os resultados do pareamento 2010, contendo a Relação Atualizada dos Beneficiários do Programa BPC na Escola, que estão matriculados ou não na escola. O Pareamento de dados consiste no cruzamento das informações contidas no Cadastro Administrativo dos beneficiários do BPC e nas informações obtidas pelo EducaCenso realizado pelo INEP/MEC. Para efetivar o pareamento 2010 foram utilizadas as bases de dados do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, base de 31/12/2009) e do EducaCenso (INEP/MEC, ano base 2009).

Os critérios estabelecidos para o cruzamento entre as referidas bases de dados e os resultados do pareamento 2010 foram divulgados por meio da Nota Técnica nº 01/2010, do Grupo Gestor Interministerial (GGI), datada de 20 de dezembro de 2010, onde a partir dos critérios e técnicas referidos, dentre os **435.298** beneficiários do BPC com deficiência entre 0 a 18 anos, foram identificados **229.017 (52,61%)** na escola e **206.281(47,88%)**, fora da escola.

A partir do segundo semestre de 2011 estará disponível a relação de crianças e adolescentes com deficiência, de zero a 18 anos, com os seus respectivos endereços para que os municípios e o Distrito Federal apliquem aos novos beneficiários o Questionário que identifica os obstáculos que impedem o acesso e a permanência na escola. Após os dados serem inseridos no **Sistema BPC na Escola** possibilitará o acompanhamento dos beneficiários e suas famílias, bem como, o planejamento das ações intersetoriais a serem desenvolvidas pelos grupos gestores locais para superação das barreiras identificadas.

Para consultar a **Relação dos Beneficiários** a serem entrevistados e acompanhados pelo Programa os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão acessar o **Sistema BPC na Escola** por meio do endereço eletrônico – <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>.

5) Módulos de Acompanhamento dos Beneficiários e suas Famílias e das Ações Intersetoriais do Sistema BPC na Escola

A partir do dia **15 de setembro de 2011**, o módulo de **Acompanhamento dos Beneficiários e suas Famílias** será disponibilizado pelo MDS no **Sistema BPC na Escola**. Esse módulo possibilitará o registro do atendimento socioassistencial dos beneficiários e suas famílias, pelos técnicos dos CRAS, no âmbito municipal e do Distrito Federal. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem como função a prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e a articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

Ainda no segundo semestre de 2011, o módulo de **Acompanhamento das Ações Intersetoriais** será disponibilizado pelo MDS no **Sistema BPC na Escola** e permitirá ao Grupo Gestor Municipal e ao Grupo Gestor do Distrito Federal registrarem as ações intersetoriais implementadas para superação das barreiras de acesso e permanência na escola de modo a favorecer a inclusão educacional e social do público do Programa.

Para o registro das informações os técnicos do CRAS e os integrantes dos Grupos Gestores Municipais e do Grupo Gestor do Distrito Federal deverão acessar o **Sistema BPC na Escola** por meio do endereço eletrônico – <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>.

6) Formação para os Grupos Gestores

Com objetivo de orientar os municípios no processo de adesão, formação dos grupos gestores locais e na aplicação dos questionários o Grupo Gestor Interministerial (GGI) pretende disponibilizar formas diversificadas de formação, tais como, teleconferências, vídeo aulas, TV Escola, *Webconferências*, dentre outras. Para os entes

federados já participantes do Programa o GGI implementará, além dessas estratégias de treinamento, a elaboração de materiais informativos sobre a utilização do Módulo de Acompanhamento dos Beneficiários e suas Famílias e das Ações Intersetoriais do Programa.

As escolas de conselhos trabalharão com o tema BPC na Escola nos Cursos e Seminários previstos para os Conselheiros de Direito da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares a fim de facilitar a busca ativa.

6.1 – Videoconferências

Com o propósito de divulgar o **novo processo de adesão** ao Programa BPC na Escola que possibilitará a participação de novos municípios e a renovação dos compromissos anteriormente assumidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que já integram o Programa desde 2008, bem como, orientar o desenvolvimento das ações intersetoriais previstas para o biênio **2011/2012**, serão realizadas **videoconferências** nos dias **15/09, 16/09, 19/09 e 20/09 próximos**, conforme cronograma anexo.

As videoconferências contarão com duas formas de transmissão:

a) **Videoconferência**: nesta modalidade, os participantes serão os representantes dos Grupos Gestores do Programa BPC na Escola do Estado e das Capitais que poderão dialogar diretamente com o Grupo Gestor Interministerial (GGI), a partir das salas do DATASUS localizadas em cada capital. Para o sucesso desta ação é de fundamental importância a participação de forma presencial dos gestores do Programa das áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos. Assim, é importante a articulação intersetorial dos (as) técnicos (as) envolvidos na operacionalização do Programa nos Estados e nas respectivas capitais para comparecer às salas do DATASUS.

b) **Transmissão on-line**: o evento também será transmitido ao vivo pela internet, podendo ser assistido por qualquer pessoa a partir do endereço

www.saude.gov.br/emtemporeal. Por meio da transmissão on-line os Gestores Municipais do Programa BPC na Escola poderão participar da videoconferência enviando perguntas e questionamentos pelo e-mail a ser disponibilizado na página da transmissão.

7) **Estratégias de Divulgação**

No que se refere às estratégias de divulgação do Programa, cabe destacar a divulgação da **Cartilha de Orientação às Famílias do Programa BPC na Escola**, com o objetivo de levar a muitas famílias brasileiras novas informações sobre os direitos e as conquistas para as pessoas com deficiência e, em especial, para as crianças e adolescentes.

Outra estratégia será atingida por meio do **Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola**, cuja finalidade é divulgar e compartilhar propostas inovadoras e resultados positivos alcançados pelo Programa, assim como sugerir aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal ações e diretrizes de acompanhamento do Programa na esfera local. No portal do MDS (www.mds.gov.br) é possível consultar e baixar essa publicação.

Ainda com intuito de divulgar, será elaborada publicidade de utilidade pública (vídeo, spot para rádio e material para mídias sociais) para estimular a cultura da inclusão e da equiparação de oportunidades, cuja responsabilidade é da SDH/PR.

Está prevista para 2011, a realização, pelo Ministério da Saúde (MS), de pesquisa telefônica para determinar a rotina do consumo de medicamentos e a utilização de órteses e próteses pelas pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Para a pesquisa será utilizado o cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos beneficiários com deficiência que informam ter telefone. Os beneficiários serão questionados em relação às seguintes variáveis: características da deficiência do beneficiário; tipo de medicamento utilizado; frequência de consumo de medicamentos;

origem dos medicamentos consumidos (SUS, compra ou doação); valores comprometidos com a aquisição dos medicamentos e; necessidade e utilização de órteses e próteses.

8) Atuação dos Grupos Gestores Estaduais

Com o propósito de fortalecer o trabalho intersetorial no âmbito municipal, o GGI reafirma a relevância das seguintes estratégias a serem incentivadas pelos Grupos Gestores Estaduais:

- a) Atualização dos dados dos integrantes dos Grupos Gestores Locais;
- b) Mobilização dos municípios para participarem da Adesão 2011;
- c) Monitoramento do processo de adesão dos municípios ao Programa;
- d) Apoio técnico para identificação das barreiras de acesso e permanência na escola, por meio da aplicação do Questionário;
- e) Disseminação de informações sobre as ações previstas para o biênio 2011/2012;
- f) Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos municípios para superação das barreiras identificadas por meio do Questionário;
- g) Identificação das dificuldades encontradas pelos municípios no exercício da intersetorialidade;
- h) Proposição de orientações técnicas para auxiliar os municípios na execução do Plano de Acompanhamento dos Beneficiários e das Ações Intersetoriais do Programa BPC na Escola.

GRUPO GESTOR INTERMINISTERIAL (GGI)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Titular: Maria José de Freitas

Suplente: Elyria Bonetti Yoshida Credidio

Ministério da Educação (MEC)

Titular: Martinha Clarete Dutra dos Santos

Suplente: Joiran Medeiros da Silva

Ministério da Saúde (MS)

Titular: Fábio Baptista Mazzini

Suplente: Maria Edna de Moura Vieira

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)

Titular: Ana Paula Crosara de Resende

Suplente: Alice Alvina Duarte de Bittencourt

CONTATOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

www.mds.gov.br

Telefone: (61) 3433-8875 Fax: (61) 3433-8871

E-mail: bpcnaescola@mds.gov.br

Ministério da Educação (MEC)

www.mec.gov.br

Telefone: (61) 2022-7657 Fax: (61) 2022-7667

E-mail: bpcnaescola@mec.gov.br

Ministério da Saúde (MS)

www.saude.gov.br

Telefone: (61) 3315-6240 Fax: (61) 3315-6238

E-mail: pessoacomdeficiencia@saude.gov.br

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)

<http://www.direitoshumanos.gov.br>

Telefone: (61) 2025-3684 Fax: (61) 2025-9747

E-mail: pessoacomdeficiencia@sdh.gov.br

ANEXO

Cronograma das Videoconferências do Programa BPC na Escola

- **15/09/2011** (*quinta-feira*) – das **9h às 12h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina**, e nas respectivas capitais (*Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis*);

- **15/09/2011** (*quinta-feira*) – das **14h às 18h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo**, e nas respectivas capitais (*Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo*);

- **16/09/2011** (*sexta-feira*) – das **9h às 12h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Amapá, Pará e Roraima**, e nas respectivas capitais (*Macapá, Belém e Boa Vista*);

- **16/09/2011** (*sexta-feira*) – das **14h às 18h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Acre, Amazonas, Rondônia e Tocantins**, e nas respectivas capitais (*Rio Branco, Manaus, Porto Velho e Palmas*);

- **19/09/2011** (*segunda-feira*) – das **9h às 12h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados de **Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe**, e nas respectivas capitais (*Maceió, Salvador, João Pessoa e Aracaju*);

- **19/09/2011** (*segunda-feira*) – das **14h às 18h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte**, e nas respectivas capitais (*Fortaleza, São Luís, Teresina e Natal*);
- **20/09/2011** (*terça-feira*) – das **9h às 12h** – Dirigentes dos órgãos gestores e equipes técnicas das políticas responsáveis pelo Programa, e os Grupos Gestores do Programa nos Estados do **Distrito Federal** e dos Estados de **Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**, e nas respectivas capitais (*Goiânia, Cuiabá e Campo Grande*).